

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 12 de junho de 2023 - Ata n.º 51.

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ªs Deputados **Douglas Fabrício** (na função de 1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **51.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria, 2.ª Secretária desta Casa, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 50.ª Sessão Ordinária, de 6 de junho de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ªs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Douglas, como 1.º Secretário, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Douglas Fabrício – CDN): Sim, Presidente, Deputado Ademar Traiano.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) Ofício n.º **502/2023** da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes ao crédito de recursos financeiros firmado com Fundo Estadual de Saúde do Paraná; Ofício n.º **1560/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública a requerimento do Deputado Adão Litro; Ofício n.º **1564/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação a requerimento do Deputado Denian Couto; Ofício n.º **1562/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública a requerimento do Deputado Renato Freitas. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa de alunos do 3.º ano do ensino médio do Colégio Estadual Professor Malvino de Oliveira, de Porecatu, acompanhados pelos Professores Marco Antônio Lima e Alécio Soares. Sejam bem-vindos aqui na nossa Casa. (Aplausos.) Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano; cumprimento o Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri; cumprimento o Líder da Oposição, Deputado Requião Filho; estendo os meus cumprimentos aos jornalistas aqui presentes; cumprimento as pessoas que nos assistem pela *TV Assembleia*; e cumprimento em especial os CACs – Caçadores, Colecionadores e Atiradores, porque a minha palavra hoje, Sr. Líder do Governo, é para os CACs. Mas, não posso deixar de cumprimentar a minha linda e bela esposa, Deputado Ademar Traiano e Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri, no *Dia dos Namorados*, que se faz aqui presente. Muito

obrigado, Delegada Tathiana, por partilhar a sua vida comigo. Ganhei o dia, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Casamento por mais 50 anos!

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Estou aprendendo com o senhor. Senhores, utilizo a palavra hoje, como falei, em especial direcionado aos CACs. Por quê? Porque passamos o final de semana trabalhando em cima desse tema, Sr. Líder do Governo, juntamente com a Delegada Tathiana Guzella, juntamente com o advogado Jeffrey Chiquini, juntamente com o advogado Filipe Palmas, com diversos proprietários de clubes de tiro, com muitos CACs, muitos colecionadores e atiradores. Por que, Sr. Líder do Governo? Porque havia uma preocupação muito grande aqui no Paraná em relação ao POP. O que é o POP, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa? É o Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar. Em especial o POP n.º 100/10, em relação aos CACs. O que significa isso, Sr. Líder do Governo? Significa que o POP estabelece como a Polícia Militar deve agir quando abordar um caçador, colecionador e atirador. Então, esse POP n.º 100/10 estabelece a forma de ação da Polícia Militar. Tínhamos uma preocupação em relação a diversas inserções presentes nesse documento, porque esse documento na realidade traz dados e formas de agir no tocante ao Decreto n.º 11.366 da Presidência da República e à Lei n.º 10.826. Então, tivemos uma reunião nesta manhã com o Secretário de Segurança Pública, Cel. Hudson. Em momento posterior, tivemos uma reunião com o Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Jefferson. Já ficou acertado, Sr. Líder do Governo, que o POP n.º 100/10 está suspenso. Vou repetir: O POP – Procedimento Operacional Padrão n.º 100/10 está suspenso e um novo POP está sendo produzido neste momento, a pedido do gabinete do Delegado Tito Barichello, que é o Delegado Xerifão. O que foi levantado, Sr. Líder do Governo, em relação ao POP n.º 100/10? Pois bem, o item dois do POP previa que o policial militar que abordasse um CAC, um caçador, colecionador e atirador deveria, Sr. Líder do Governo, realizar a revista pessoal e a revista veicular, que é a busca pessoal e a

busca veicular. No entanto, tal questão, Sr. Presidente da Assembleia, está regradada pelo art. 244 do Código de Processo Penal, que estabelece que a busca pessoal e veicular só deve existir quando houver indícios à prática de crime ou então de armas ilícitas. Ora, CACs não são criminosos. CACs são pessoas de bem. CACs são pessoas honestas, com mais de 25 anos, sem antecedentes, com domicílio, com endereço, são pagadores de impostos, são desportistas. Então, eles têm que ser tratados como cidadãos honestos. Dessa forma, ficará estabelecido que o CAC, quando abordado, terá a revista no seu veículo ou a busca pessoal quando houver indícios da prática de crime e não em todas as situações, porque, Sr. Líder do Governo, o que acontecia pelo POP é que o policial militar ficava obrigado a realizar essa revista pessoal ou veicular, constrangendo muitas vezes sem ter a intenção o CAC, o caçador, colecionador e atirador que estava se dirigindo a um clube de tiro. Então, no nosso compreender, melhor seria um procedimento operacional padrão que estabelecesse a regra de que o policial poderá realizar a busca pessoal ou veicular, devendo justificar quais são os indícios que visualizou... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Tito, V. Ex.^a passa a usar o horário da liderança da União Brasil.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Então, repetindo, o policial militar deverá justificar o porquê da busca pessoal ou busca veicular. Vamos imaginar um CAC - um caçador, colecionador e atirador - ou no caso um atirador que está indo a um clube de tiro, neste momento, e é abordado pela Polícia Militar. Seguindo o POP, o policial militar vai requisitar os documentos dele, vai solicitar a posse da arma, vai suprimir a posse provisória da arma, de forma correta, e pelo POP ele deveria ser revistado, deveria o carro ser revistado. Ora, por que vai se revistar o carro, Deputado Arruda, de um caçador, colecionador e atirador, que está indo para um clube de tiro se não houver indícios da prática de ilícito? Não há motivo para isso, até porque o STJ - Superior Tribunal de Justiça já se manifestou que todas as buscas pessoais ou veiculares devem estar justificadas por algum indicio da prática de algum ilícito. Então, CAC não é

bandido, CAC é cidadão honesto, CAC merece respeito. Nesse caso, então, pedimos, Sr. Líder do Governo, que não fosse obrigatória a busca pessoal ou veicular. Também no item 3 do POP - Procedimento Operacional Padrão reclamamos que esse documento exige a posse de três documentos: o Craf, o CR e a GT, que é guia de trânsito. No entanto, Sr. Presidente da Assembleia, o Decreto n.º 11.366, o Decreto Federal que regulamentou a Lei n.º 10.826 estabelece a exigência tão somente de dois documentos, que é CR mais a guia de trânsito, ou o Craf mais a guia de trânsito. Então, exigir a mais do que o Ato Normativo que regulamentou a Lei n.º 10.826, no nosso compreender, extrapola o poder regulamentar de estabelecer um padrão de operação da Polícia Militar. Então, foi um pedido nosso. Também, Sr. Presidente, o POP - Procedimento Operacional Padrão estabelecia algumas expressões abertas, tipos abertos, como por exemplo pronto emprego ou “de modo a não ser feito o uso”. Tal interpretação pode prejudicar o CAC, porque um policial militar pode entender que o pronto emprego é uma munição ao lado da arma, e fazer o flagrante pelo art. 14 e o art. 16 e levar o CAC a uma Delegacia de Polícia. Então, pedimos o quê? Que fosse transcrito o texto do Decreto n.º 11.366, que fala em arma com munição em invólucro separado, pronto; se a munição não estiver na arma é suficiente. Não cabe ao policial militar analisar se é pronto emprego, se não é pronto emprego. Então, pode estar em uma mochila? Pode, pode estar em uma mochila a munição, juntamente com a arma, desde que a arma não esteja municada. Nós precisamos fechar as hipóteses em que haja uma injusta punição a um caçador, colecionador, atirador que está se dirigindo para um clube de tiro, Deputado Arruda. Então, pedimos que essas expressões abertas, esses tipos abertos não façam parte do procedimento operacional padrão, que é o procedimento POP da Polícia Militar. Em relação ao item 5, Deputado Arruda, também reclamamos, porque o POP exigia que a comprovação do trajeto ocorresse de forma documental, através de folders, panfletos do evento que estaria sendo realizado, ou da carteirinha de filiação ao clube de tiro. Informamos que o CAC, o caçador, o colecionador, o atirador, mais especificamente o atirador, quando se dirige ao clube de tiro, pode não estar utilizando o clube de tiro que é filiado. Então, não necessariamente ele

precisa ir naquele clube de tiro que ele tem a carteirinha. E mais, vamos imaginar um atirador que esteja indo para uma competição, não necessariamente ele terá um folder, uma propaganda, uma prova de que esse evento está ocorrendo, cabendo ao policial militar demonstrar que ele não está indo ao local. Então, pedimos o quê? Pedimos que seja realizada a verificação dos termos do Decreto n.º 11.366 e da Lei n.º 10.826, permitindo que o CAC atire em qualquer clube de tiro filiado ou não filiado. Por exemplo, sou filiado no Savana Clube de Tiro, em Almirante Tamandaré, do meu amigo Filipe Palmas, que está aqui. Não necessariamente preciso ir ao clube de tiro dele, posso ir à Santa Artilharia, posso ir aos Federais, posso ir ao Targo Clube de Tiro. E se for uma competição, não necessariamente preciso ter um folder que comprove isso. Então, este é um dos nossos pleitos em relação à mudança do Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar. Também reclamamos, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, do item n.º 8 do POP, que menciona a comunicação ao Exército toda vez que um CAC for conduzido a uma Delegacia de Polícia. Muitas questões advindas dessa situação podem ser infrações administrativas, que não compete à Polícia Militar fiscalizar, bem como essa questão do indiciamento, do não indiciamento da tipificação da conduta, diz respeito à autoridade policial, ao Delegado de Polícia. Isso pode muitas vezes prejudicar o caçador, colecionador e atirador, mesmo que não tenha ele uma conduta ilícita, típica, antijurídica, culpável e punível. Então, compreendemos que não compete à Polícia Militar fazer a comunicação ao Exército de toda e qualquer situação envolvendo um CAC. Por isso estivemos nessa reunião no período da manhã, na Secretaria de Segurança Pública, quando fomos muito bem atendidos por toda a equipe do Secretário de Segurança Pública, Cel. Hudson, que é sem dúvida nenhuma, Sr. Líder do Governo, um dos melhores Secretários de Segurança Pública de toda a história do Paraná e faz jus ao trabalho do nosso Governador Ratinho Júnior. Então, parabéns ao Secretário de Segurança Pública. Parabéns ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Jefferson, que também nos atendeu. E agradeço a nossa equipe que trabalhou o final de semana: o Filipe Palmas, advogado; Dr. Jeffrey Chiquini; vários proprietários de grupos de tiro e vários CACs. E agradeço em especial minha

esposa, Delegada Tathiana, que me incomodou o final de semana inteiro a respeito desse POP, Sr. Líder do Governo, cobrando-me o que faríamos a respeito para a proteção dos atiradores e colecionadores, que são pessoas de bem, que são pessoas honestas, que são exemplo a toda a comunidade. Então, precisamos tratar com respeito os nossos atiradores, nossos caçadores e nossos colecionadores, de forma diversa, Sr. Líder do Governo, do que faz o nosso Ministro da Justiça, Sr. Flávio Dino, que trata bandido como cidadão de bem e trata cidadão de bem como bandido. Há uma inversão de valores aqui no Brasil. CACs, senhores, são pessoas honestas, CACs merecem o respeito. Quem me dera que a sociedade fosse toda tomada por CACs, porque não teríamos antecedentes criminais, teriam trabalho, teriam endereço, seriam pessoas que pagam impostos. Então, CACs fazem bem à sociedade. Então, dirijo-me a vocês, CACs, neste momento, dizendo que o POP - Procedimento Operacional Padrão, no Estado do Paraná inteiro, está suspenso. Parabéns ao Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri, que nos apoiou desde o primeiro momento. Em nome dos CACs do Estado do Paraná, agradecemos, Sr. Líder do Governo, pelo trabalho realizado, e agradecemos ao Governador do Estado, o melhor Governador que tivemos na história do Paraná, quiçá, como disse, seja o nosso Presidente da República. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, ainda no Pequeno Expediente, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, a quem eu saúdo; estendo meus cumprimentos à Mesa e a todos os Parlamentares. Saudando especialmente aqui os estudantes que se fazem presentes. Parabéns aos professores, às professoras e parabéns a vocês por estarem aqui acompanhando. É muito importante que discutamos política em todos os espaços, inclusive na escola. A escola tem que ser um local de formação de cidadania, de discussão política, de desenvolvimento de um senso crítico sobre a sociedade. Então, venham sempre, sejam muito bem-vindos. Deputados e Deputadas, queria aproveitar este espaço do Pequeno Expediente, Deputado

Bazana, para falar sobre o Rio Ivaí, em especial para falar sobre o Vale do Ivaí, sobre a Bacia Hidrográfica do Ivaí, que compreende vários municípios, diversos municípios muito importantes, a própria Maringá, Cianorte, Apucarana, e que precisa de muita atenção por parte do nosso poder público. Estive nesses últimos dias, agora, participando de uma expedição pelo Rio Ivaí, Deputada Cloara, remamos mais de 20 quilômetros, de Borrazópolis a São João do Ivaí, conhecendo os potenciais que temos para o turismo de natureza, para o turismo de base comunitária, para fortalecermos um desenvolvimento de toda a extensão do Rio Ivaí, que parte de algumas premissas. Quais são essas premissas? Primeiro de tudo a salvaguarda ambiental dos nossos rios, das nossas bacias hidrográficas. E aqui em especial quero destacar três rios, o Rio Ivaí, o Rio Ribeira de Iguape e o Rio Piquiri, Presidente, que são os únicos três rios do nosso Estado que não têm barragens, que ainda são rios livres, Deputado Bazana, rios com toda a sua potência natural. Por que isso é importante? Porque um rio que tem a sua natureza preservada, que tem o seu fluxo natural é um rio que garante a preservação da biodiversidade. Um rio que tem as suas matas ciliares protegidas é um rio onde temos corredores da biodiversidade, corredores de fauna. E o Rio Ivaí tem um movimento por parte dos pescadores profissionais, por parte dos Prefeitos da região, por parte dos empreendedores locais que defendem um Rio Ivaí livre de barragens. O Rio Ivaí livre de PCHs, de pequenas centrais hidrelétricas, que não têm nada de pequenas, só têm grandes impactos ambientais, grandes lucros para poucos empreendedores e a socialização, a coletivização do ônus, dos prejuízos para a sociedade. Então, quero aqui, Presidente, fazer coro, reforçar a voz dos pescadores, a voz dos Prefeitos do Ivaí, que estão defendendo que não tenhamos barragens, PCHs no Rio Ivaí. Inclusive, Sr. Presidente, quero aqui pedir que a nossa CCJ coloque em pauta o Projeto de Lei que prevê essa restrição de barragens, de PCHs no nosso Rio Ivaí.

Deputado Bazana (PSD): Permite um aparte, Deputado?

DEPUTADO GOURA (PDT): Infelizmente não posso dar, Deputado, porque estamos no Pequeno; mas, se o senhor puder se inscrever e também contribuir

nesse debate. E fortalecer, como eu disse, o turismo de natureza, o turismo de bicicleta e o turismo de base comunitária. Quero fazer um convite a todos os Parlamentares, a todos que nos acompanham, teremos uma Audiência Pública aqui nesta Casa amanhã para debater o Projeto de Lei de nossa autoria, que tramita, que trata justamente da criação de uma política pública, uma política estadual para o turismo de base comunitária. Uma forma de turismo que respeita as comunidades, que prevê o desenvolvimento regional de todo o Estado do Paraná, preservando a cultura, preservando a história, em harmonia com a natureza. Era isso, Sr. Presidente. Queria, então, destacar que todos podemos e devemos nos engajar nessa luta pelo Rio Ivaí, pelos rios do nosso Estado, por rios livres de barragens, livres de PCHs e que contemplem a salvaguarda da biodiversidade, como está previsto no texto constitucional. A nossa Constituição Federal - e tem reflexo na Constituição Estadual - diz no seu art. 225: *A salvaguarda de um meio ambiente ecologicamente equilibrado é um dever que se impõe ao poder público e ao conjunto da sociedade, para a presente e para as futuras gerações.* Viva o Rio Ivaí!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, público que acompanha esta Sessão e também quem nos acompanha pelas redes sociais. Senhor Presidente, na quarta-feira da semana passada, dia 7 de junho, tivemos, e esta Deputada esteve presente, representando também o Bloco da Agricultura Familiar desta Casa, esteve presente em uma ação muito importante realizada no Pré-Assentamento Dom Tomás Balduino, no município de Quedas do Iguaçu. Essas famílias que estão lá acampadas há alguns anos têm trabalhado muito a forma de cultivar a terra, mas também a forma de cuidar do nosso meio ambiente, como se produz um alimento, um alimento saudável. Por isso a questão da prioridade e o trabalho do produto agroecológico, mas também a questão da importância da preservação do meio ambiente como um todo, produzindo alimento, produzindo a comida de verdade,

saudável. E é nesse sentido que, no último dia 7, várias autoridades estiveram presentes em um ato que foi organizado pelas famílias acampadas no Pré-Assentamento Dom Tomás Balduino. Claro que lá estiveram presentes várias famílias de outros assentamentos e acampamentos, mas foram distribuídas, com uso de um helicóptero, cerca de quatro toneladas da Palmeira Juçara. Essa Palmeira, além da produção do palmito, também produz um fruto chamado Açai da Palmeira Juçara. E essa palmeira está, Deputada Cloara, praticamente sendo extinta, por isso a preocupação das famílias que lá vivem. Por isso que houve a distribuição, com ajuda de um helicóptero, dessas quatro toneladas de sementes da Palmeira Juçara, e que foi distribuída dessa forma, cerca de 67 hectares. Então, muito importante essa ação na semana do meio ambiente, a preocupação de como manter viva, de como manter ainda no nosso meio ambiente a Palmeira Juçara. Então, foi uma ação muito importante. Claro que lá podemos também acompanhar toda forma que as famílias vivem, produzem e essa preocupação com a vida. Quando já fala da semente, estamos falando da vida. Então, existe muito essa preocupação e por isso a semente é o símbolo da vida, símbolo do alimento. E foi assim uma ação brilhante, uma ação muito linda de preservação do meio ambiente, de preocupação com o meio ambiente e, ao mesmo tempo, da preocupação com a nossa vida; preocupação com o futuro, mas tendo em vista o presente. E também, Sr.^s Deputados, no dia de ontem, o Deputado Professor Lemos também esteve presente, teve a comemoração dos 26 anos do Assentamento 8 de Junho, no município de Laranjeiras, uma grande comemoração, uma festa da partilha, como é feito todo ano, pelos agricultores que ali foram assentados, que produzem o alimento e que fizeram essa festa da partilha. Uma festa muito bonita, onde todo alimento é doado, e o almoço é feito com todas as famílias, convidados. E ali o assentamento prova para nós que realmente reforma agrária dá certo. Ali nesse assentamento também é trabalhado com muito carinho todo debate da saúde, da educação. Existe a educação, desde a educação infantil também até a universidade, porque lá tem um campus da Universidade Federal Fronteira Sul, uma luta das organizações, e que houve essa conquista no município, que esse campus atende toda a região de Laranjeiras,

mas sabemos que alunos vêm de vários lugares do nosso País. Então, muito importante o trabalho que essas famílias fazem, produzem renda, produzem alimentos e vivem com dignidade. Então, ontem foram comemorados os 26 anos. E também, Sr. Presidente, só para finalizar, falar que aqui, hoje de manhã, aconteceu uma reunião muito importante coordenada pelo nosso Presidente do Partido dos Trabalhadores, o Deputado Arilson... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): ... teve a presença do Deputado Professor Lemos, nós também estivemos lá, o Deputado Tadeu, o Deputado Elton Welter, várias lideranças, autoridades, no qual o debate era sobre o PPA do Governo Federal. Sabemos que é a primeira vez que o Governo Federal realmente vem para a base, traz este debate e quer ouvir a base, quer ouvir o povo brasileiro sobre o que pensa, o que é prioridade no seu município, na sua região, no seu estado. Então, o PPA sabemos que estabelece diretrizes, traça os objetivos, as metas do Governo para os próximos quatro anos. Então, foi importante, porque hoje reuniu várias lideranças. E começamos, demos o início, foi tirada uma comissão de trabalhos para que, no dia 7 de julho, possamos participar dessa plenária importante, que é o debate... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para concluir, Deputada.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): ... que é o debate do PPA, que é muito importante, porque através do PPA é que vamos discutir as prioridades para o nosso estado. Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde, Deputados e Deputadas. Mais um pouquinho de Copel. Venho, junto com outros Deputados, colocando há

tempo a preocupação sobre esse processo de venda da Copel. Primeiro, pelo processo legislativo viciado que tivemos aqui, uma lei inconstitucional, uma Lei Estadual que altera ou tenta alterar a Lei n.º 6404, a Lei das S.A., federal, que trata sobre capital votante dos possuidores de ações da Copel. Segundo, pelo conflito de interesse. O Estado, sócio majoritário, promoveu pela Copel contratação de estudos para se privatizar. Dentro desse processo, gastos de 28 milhões sem licitação, onde a Conselheira que presidiu o *Conselho de Administração da Minoria*, Sr.^a Leila Loria, contratou o escritório de advocacia onde seu filho era sócio por R\$ 4,1 milhões. Também venho denunciando há tempo a provável e talvez condenação que a Copel tenha contra uma ação de 3,2 bilhões em um Terminal de Arbitragem da Câmara Brasil-Canadá. Venho falando bastante disso tudo e também da perda que o BNDES vai ter em seu sócio, no segundo sócio majoritário nesse processo, com maior capital votante depois do Estado, tendo as suas ações diminuídas. E agora, nos últimos dias, coloquei a questão do Diretor Financeiro da Copel, que comprou quase R\$ 1 milhão em ações durante os dois últimos anos, tendo informações privilegiadas. Pode até não ser ilegal, mas é imoral. E venho aqui fazer um rápido acompanhamento econômico do processo. A Copel hoje tem R\$ 2,7 bilhões ao todo em ações. Esses R\$ 2,7 bilhões de ações, perdão, equivalem a R\$ 21,7 bilhões. Trinta e um por cento dessas ações, 850 milhões de ações, a ação hoje está R\$ 8,00 cada uma, o Estado tem R\$ 6,8 bilhões. Mas agora o Estado quer alcançar e lançar no mercado 4 bilhões de novas ações e abrir mão de 385 milhões de ações que tem, ou seja, o volume de negócios de 4,38 bilhões de ações a Copel levou 285 pregões para alcançar. Cada ano tem 248 pregões, ou seja, esses 4 bilhões de ações equivalem a R\$ 32 milhões. Hoje, o patrimônio líquido da Copel está avaliado, segundo o seu balanço, em 21,7 bi, ou seja, o que o Governo quer é quase aumentar em 150% o valor do seu patrimônio atual. Sabemos que pode ter uma dívida de R\$ 3,5 bilhões não reconhecido com o acerto, sabemos também que tem 3,7 bi para pagar de outorga das três outras usinas. Ou seja, o que o Governo vai fazer com o restante do dinheiro, caso ele seja arrecadado? Mesmo que antecipasse o pagamento e pagasse os 12 bilhões de dívida líquida que tem

declarado no seu balanço, sobrariam em caixa, Deputado Maurício, R\$ 13 bilhões. Ou seja, o que vai ser feito com isso? Mas, além do Governo estar vendendo a Copel, não estar explicando o que vai fazer com o excedente, caso ocorra uma arrecadação pujante, como está sendo colocado, tem outro problema, e esse é muito maior. O fato relevante n.º 8/2023, divulgado no dia 7/6, diz que caso um novo Governo, por exemplo, queira retomar a Copel, se ele comprar mais de 25% das ações, terá que comprar as outras ações, ou seja, os 75%, pagando 100% a mais de cada ação. Se ela vale hoje R\$ 8,00, ele vai ter que pagar R\$ 16,00 cada ação. E se ele comprar 50%, esse preço tem que ser 200%, ou seja, R\$ 24,00. Ele está criando, caso aprovado o Estatuto, uma condição para que nunca mais se reestatize a Copel. Ao contrário do que está sendo feito hoje na França, que está reestatizando a empresa de energia, aqui no Paraná o Ratinho vai doar a Copel para o mercado financeiro e vai criar uma amarra que não permita nunca mais se reestatizar a Copel e trazer para o povo paranaense, por conta dos aumentos dos valores que estão sendo colocados aqui. É um absurdo que, além dos 10% de proibição de voto, caso alguém tenha mais do que isso, tenhamos aqui recompra com 100 e 200%. O Sr. Paulo Guedes... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O Sr. Paulo Guedes, quando estava fazendo todo esse processo da Eletrobras, foi avisado pela sua equipe que aquilo era crime e que estaria passível de punições no futuro. Quero aqui alertar ao Governador Ratinho, ao Presidente da Copel que isso é pior do que o crime que fez o Paulo Guedes e vai ter, sim, interpelação jurídica, judicial, política, administrativa e o que tiver que ser feito para não deixar. Além de vocês causarem um prejuízo enorme para o povo paranaense, não deixaram um futuro espaço para se recompor tudo isso e dizer depois que não foram alertados. Hoje, nesta data, dia 12 de junho, dia dos namorados, dia do amor, somos pagos pelo Governo do Estado com um presente de ingratidão. E fica aqui anotada a minha notificação que vocês saibam do crime que estão... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado. Concluiu?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Conclui, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ricardo Arruda, pelo PL.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham. Ouvi atentamente aqui a fala do Deputado Arilson e não vou entrar em um debate a respeito da Copel, mas o que sei, o que a história nos mostrou é que todas as estatais no Governo Lula deram prejuízos bilionários, viraram cabide de empregos, com pessoas incompetentes e malandras que desviavam o dinheiro público, e o Lula acho que quer voltar a fazer isso. Quando o Deputado Arilson falou aí do advogado da Copel, que é parente não sei de quem, pior é a indicação do Lula ao Supremo Tribunal Federal, o advogado dele, amigo dele, sendo que ele falou na campanha que o Supremo tem que acabar com isso de pôr amigo, e está indicando um amigo. Então, tudo o que vem do PT, não sabemos se é piada ou o que é na verdade, porque o líder número um, o Presidente atual não fala uma verdade sequer, não tem um plano de governo, onde põe a mão destrói a economia, é impressionante. Viaja para o exterior, abre a boca, fecha as portas dos países para o nosso Brasil. Então, é um caso muito sério que vivemos. Vou aproveitar aqui, o Deputado Delegado Tito já falou sobre os CACs, eu tinha agendada uma reunião com o Cel. Hudson amanhã, mas sei que o trabalho do delegado foi bem feito. A minha reunião vou ter com o Cel. Hudson só para reafirmar, porque é importante que os CACs sejam defendidos realmente. Já é um retrocesso o que o Ministro Flávio Dino fez, retrocesso, tirou o direito de o CAC andar com arma municiada para proteger o seu patrimônio. Retrocesso total! O objetivo do Flávio Dino nós sabemos, é proteger a bandidagem, é proteger o narcotraficante. Sei lá se foi feito algum acordo ou não, ninguém sabe, mas o tempo vai mostrar, ou melhor, está mostrando. Temos que lembrar aqui que o Ministro Fachin, que é PT de

carteirinha, durante a pandemia, proibiu todas as operações policiais nos morros do Rio de Janeiro. A pandemia, Deputada Cloara, acabou, só que lá não pode entrar a polícia ainda, Deputado Hussein, nos morros do Rio. O que está acontecendo com o Rio? O Rio já estava entregue à bandidagem, mas piorou porque os traficantes do Brasil inteiro, o crime organizado, estão indo para o Rio de Janeiro, porque lá ninguém pode pôr a mão em bandido. Então, Ministro Flávio Dino, por favor, tenha vergonha na sua cara! E esse Ministro Fachin também, tome uma atitude digna para o povo de bem e permita que a Polícia do Rio de Janeiro invada esses morros que têm traficantes, crime organizado, PCC, Comando Vermelho e dê um basta nessa bandidagem. Tem um vídeo aí que na rua tem centenas deles armados com fuzil, com metralhadora, e o Flávio Dino de braços cruzados preocupado com CAC, que é pessoa de bem, que para ter o seu certificado tem que estar com todas as contas em dia, não pode dever nada à Justiça. Esse o Flávio Dino está com rigor para querer prejudicar, e a bandidagem, que está matando, roubando, estuprando, traficando, esse o Flávio Dino vai lá e visita os caras para tomar um cafezinho com eles. Realmente é uma pouca vergonha o que temos visto deste desgoverno do PT. Só apoiam a bandidagem. Quero ver se alguém tem coragem de me desmentir aqui. O próprio Ministro, Sr. Ministro, responda por que o senhor não manda a Polícia Federal lá nos morros, prender bandidos, recuperar essas armas que são tudo contrabandeadas, que têm matado um monte de gente na rua, o senhor não quer. O senhor com certeza apoia o crime organizado. Vergonha! Tanto é que outro dia teve um ditador aqui, um genocida, o Maduro, Presidente da Venezuela, genocida e narcotraficante. Esse povo o Lula trás para cá e abraça. Ele adora os narcotraficantes. Isso está escancarado para quem quiser ver. Agora, mudando o assunto, quero fazer um pedido ao Deputado Hussein, Líder do Governo. O senhor é o Presidente da Comissão de Educação; por favor, vou pedir encarecidamente que passemos pela Comissão o Projeto de minha autoria que proíbe essas malditas ideologias de gênero. Foi pedida uma diligência já faz três semanas e não temos que esperar, porque pouco interessa a opinião de quem vai dar. Não precisamos disso aí!

Sabemos que a nossa opinião, dos Parlamentares, já passou pela CCJ, temos que dar uma resposta...

Deputado Hussein Bakri (PSD): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Pois não.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Deputado, tenho um respeito enorme por V.Ex.^a, mas é preciso dizer que o instrumento da diligência é regimental, foi votado e aprovado pela maioria. Hoje estive no Conselho de Estado da Educação e tanto lá quanto na Secretaria recebi a informação de que vamos receber o conteúdo da diligência nesta semana, aí na próxima semana podemos marcar a reunião da Comissão de Educação.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Muito obrigado, Deputado...

Deputado Hussein Bakri (PSD): E quem vai decidir é o Plenário. Está bom?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Sei do seu apoio ao Projeto. Quero dizer que a diligência que foi encaminhada, sei que é regimental, mas quem está fazendo, não sabemos quem está respondendo. Se for pessoal ligado à esquerda, eles vão ser contra, porque eles querem continuar doutrinando crianças, querem continuar com a covardia de um professor ou uma professora perturbada querer transferir a opção sexual dela para uma criança de cinco ou seis anos de idade, dizendo que ela nasceu menina e pode virar menino ou que nasceu menino e pode virar menina. Isso é uma vergonha! Isso tem que acabar. Temos que dar um basta aqui, para proteger as crianças e dar tranquilidade aos pais. Esse Projeto é importante, da mesma forma que fiz um Projeto aqui para proibir o tratamento hormonal para mudança de gênero em criança e adolescente, outro crime que estavam cometendo. Tem que acabar! É tão grave isso que vimos aí essa passeata LGBTQI+, que acontece lá em São Paulo, vimos aí crianças com a plaquinha: *Criança Trans. Existe criança trans*. Mentira! Não existe criança trans. Quem está fazendo isso aí são os pais e mães desajustados, que não respeitam a

inocência de uma criança e querem induzi-la a tomar uma posição à qual ela não tem maturidade ainda para tomar. Como que uma criança de cinco ou seis anos vai saber o que quer? *Ah, você quer virar menininha, quer virar menininho!* Não. Isso é um crime. A criança é induzida; se ela vê um desenho de um super-herói, ela acha que é um super-herói. Então, vai da orientação de cada um. Temos que proibir, coibir esse tipo de coisa! Essa passeata do LGBT, isso é uma vergonha! Isso aí partiu de quem? De uma Prefeita Marta Suplicy, que tinha que ser de esquerda, para levar isso para a Avenida Paulista ainda, uma avenida central em São Paulo, que tem vários hospitais aos redores, onde moram milhares de pessoas que não têm nada a ver com esse movimento, que são conservadoras e são obrigadas a ver tamanha baixaria que esse povo faz na rua. Quando acaba essa passeata, você vai ver, é garrafa de bebida no chão, é preservativo, é uma imoralidade. Vejam as cenas aqui, um monte de homenzinho de bunda de fora! Vocês tenham vergonha na cara! Aí vem falar que querem... *Ah, nós queremos respeito.* Vocês não respeitam ninguém; vocês não respeitam criança, não respeitam adulto, não respeitam o cristão. Já fizeram dança na cruz, simbolizando Cristo, fazendo uma orgia em volta da cruz. Ora, a quem ponto vamos chegar com essa gente? Tem que ter um Prefeito de coragem em São Paulo para retirar da Avenida Paulista e jogar para o Sambódromo, onde tem o Carnaval, aí vai quem quer. É o correto! Aí quer desfilar de bunda de fora, rebolar, fazer o que quiser, faça o seu show para quem compactua com esse ideal de vocês! Já deu para aturar isso aí. *Ah, minoria. Quero meu espaço.* Teu espaço é lá no Sambódromo; não queira invadir o nosso espaço. Não tenho nada contra ninguém, não sou homofóbico, mas o respeito é bom para todo mundo. Aprendemos, Delegado Tito, respeito a todos, e essa minoria não respeita ninguém, são imorais. Não vou generalizar todos, não, mas uma boa parte é imoral, ficam aí fazendo cenas..., sei lá, de sexo na rua! Ora, e o atentado ao pudor, não está no Código Penal isso? Tem que pôr na cadeia esses ordinários que não respeitam ninguém. Chega dessa turma querer impor! Querem agora banheiro neutro. Para quê? Para usar de motel? Outro dia teve uma pessoa em um shopping que viu dois homens lá se agarrando, um pegando aqui, pegando ali, dentro de um banheiro de um

shopping. Então, vocês querem banheiro neutro para virar motel? Vão para um motel para fazer isso! Tenham vergonha na cara e respeitem o cidadão de bem, respeitem as outras pessoas que não... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... respeitem as outras pessoas, que são a maioria, não que compactuam dessa opção de vocês. Nós, cristãos, não compactuamos. Vamos brigar? Não. Nós respeitamos vocês. Cuidem da vida de vocês, no quadrado de vocês; não invadam o quadrado dos outros. Ninguém quer invadir o pedaço de vocês, não! Nós queremos, eu, distância desse quadrado. Falo por mim. E se quiserem leio trechos da Bíblia que vão dizer o futuro de vocês. Não sou eu quem estou dizendo, quem escreveu foi há mais de 2 mil anos. Isso aí é certo que vai acontecer, porque Deus está no controle. Vocês não acreditam, não creem! Sei que o PT não gosta, porque o MST também vem doutrinando crianças, que tem vídeos aqui, então eles não gostam que a Igreja faça o contraponto. Nós sabemos as intenções da esquerda, sim, é destruir... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, pelo PT, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, todos os demais presentes e quem nos acompanha no Plenário hoje também. O motivo que me traz aqui hoje é para contar de uma agenda que tive há pouco na Escola Municipal Joaquim Távora, para falar sobre o dia 12 de junho, que todo mundo lembra como *Dia dos Namorados*, mas é também o *Dia Mundial de Combate, Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil*, que tem como símbolo inclusive este broche que estou usando hoje do cata-vento. É uma data muito importante de conscientização, é uma data muito importante para debatermos o futuro das nossas crianças e adolescentes, e a importância de se combater o trabalho infantil que, infelizmente, muitas vezes ainda é um aspecto cultural forte em nossa

sociedade. E o combate ao trabalho infantil é para construirmos uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária, uma sociedade verdadeiramente pautada na democracia, no respeito à divergência, no respeito às pessoas, no respeito à vida com dignidade. E isso só é possível se as nossas crianças e adolescentes tiverem uma infância de qualidade, tiverem uma vida digna, tiverem acesso à educação, à saúde, à moradia, ao lazer, a poder brincar, e tudo isso tem que ser construído também com a força e com a ajuda do Parlamento. Dei uma olhada hoje em alguns Projetos que estão tramitando na Casa Legislativa, tem um Projeto da Deputada Cantora Mara Lima que trata sobre a temática e está parado na CCJ, é muito importante que votemos, que coloquemos esses Projetos para serem apreciados pelo Plenário, e nos próximos dias também vamos trabalhar aqui na Casa com algumas propostas, com algumas discussões. E é muito importante a contribuição de todos os Deputados nesta pauta que é tão importante para nossa vida em sociedade, principalmente quando nos deparamos que, infelizmente, o Estado do Paraná, segundo o IBGE, é o terceiro estado no Brasil que tem mais crianças e adolescentes em situação de trabalho, que nos quatro primeiros meses de 2022 mais de 360 casos de crianças no município de Curitiba em situação de trabalho infantil foram denunciados pelo Ministério Público do Trabalho. É uma pauta urgente que precisa do apoio e da força de todos nós. Milito e já trabalho nessa pauta, sou ativista nessa pauta de erradicação ao trabalho infantil, desde os meus 16 anos, desde que comecei a trabalhar com a política. Quero também usar este espaço para agradecer a uma pessoa que me ensinou e muito sobre essa pauta, que é o Kailash Satyarthi, Prêmio Nobel da Paz, em 2014, com quem tive a honra de trabalhar por alguns anos no programa *Cada Criança e 100 Milhões por 100 Milhões*. Uma iniciativa aqui no Brasil de combate e prevenção ao trabalho infantil, aliado à pauta da educação pública de qualidade. O Kailash, hoje, é um símbolo não só da paz, mas um símbolo de fato de como precisamos ter uma vida em sociedade mais igualitária e que respeite as pessoas. Também quero saudar aqui neste espaço o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e atual Presidente, o Ministro Lelio Bentes, que é um ativista reconhecido internacionalmente, que liderou a Marcha Global, que hoje tem a honra de liderar o Tribunal Superior do

Trabalho e que tem um trabalho muito bonito na prevenção, na erradicação do trabalho análogo à escravidão e do trabalho infantil. Com tudo isso, peço, nos próximos dias, a atenção dos nossos Deputados e Deputadas para que tratemos a pauta do trabalho infantil com a devida importância, com a devida prioridade e dando às nossas crianças toda a proteção, porque esse é o tipo de debate que temos que ter nesta Casa, os debates propositivos e que de fato pautem a melhoria na vida das pessoas. Estou vendo a Deputada Cantora Mara Lima, pode falar.

Deputada Cantora Mara Lima (REP): Deputada, quero parabenizá-la neste momento. Não usei o microfone porque estamos sem funcionamento aqui nas mesas. Quero convidá-la a fazer parte comigo desse Projeto de Lei. Tem gente que não entende a questão do trabalho infantil. O que nos referimos nesse Projeto de Lei é a questão do trabalho escravo, daquela criança que muitas vezes não tem condição de trabalhar pelo seu porte físico, de 14 anos. Temos no Paraná o Jovem Aprendiz, que é plausível; porém, o que nos referimos é a exploração do trabalho infantil das nossas crianças. Então, eu te convido para fazer parte comigo desse Projeto. Também quero vê-lo aprovado aqui na CCJ e logo sancionado pelo nosso Governador.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputada Ana Júlia. Deputado Evandro, aqui.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Sim.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Também quero cumprimentá-la pelo discurso. Ainda na semana passada falávamos com a imprensa, porque imaginávamos que esse dia seria tomado pelas comemorações do *Dia dos Namorados* e não pudéssemos dar o devido enfoque ao tema. No entanto, V.Ex.^a muito acertadamente traz o tema à tribuna da Casa, que não poderia de fato deixar de ser trazido e passar em branco, porque os números realmente são preocupantes, a estatística, e o Brasil não está, na minha opinião, discutindo, o Brasil não está, na minha opinião, discutindo isso da maneira como deveria. É preciso tirar preconceitos, tem gente que confunde trabalho infantil com tarefas e

responsabilidades que são próprias da vida domiciliar e que as famílias... Ser contra o trabalho infantil não é ser contra uma criança, um adolescente arrumar as suas coisas, os brinquedos, arrumar a própria cama, ajudar nas tarefas de casa, ter responsabilidades. O que estamos falando, como bem colocou a Deputada Cantora Mara Lima, é da exploração no trabalho, do trabalho não protegido. Não pode se confundir de fato com os programas de Menor Aprendiz, que são trabalhos protegidos, assistidos e que, na minha opinião, também precisam melhorar, porque não é só dizer: *Olha, tem um espaço lá para exercer uma atividade*. Essa atividade também tem que ser pedagógica. Então, assim, muito importante trazer. Quero colocar a Comissão da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência à disposição do debate. Vossa excelência pode trazer este tema junto com a Cantora Mara Lima, que também se coloca ali à disposição. Podemos ter um grupo de trabalho dentro da nossa Comissão e V.Ex.^a pode, junto à Cantora Mara Lima e a outros Deputados que quiserem, coordenar isso de maneira muito acertada. Então, fica aqui também o espaço da Comissão para que possamos utilizar ali as assessorias e aquilo que for necessário para trabalhar acerca do assunto.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Com certeza, Deputado Evandro. Com muita alegria vou fazer esse trabalho junto com a Comissão. Cantora Mara Lima, muito obrigada pelo convite. Tenha certeza de que vamos, sim, assinar o Projeto juntas. De fato é muito importante que todos os Deputados estejam envolvidos nessa causa. Aqui os Deputados, em suas intervenções, trouxeram algo muito importante, que é a caracterização do trabalho infantil, que se dá pela exploração, pela violência e se dá por uma situação de vulnerabilidade social dessas crianças e adolescentes. Destaco aqui que até os 14 anos o trabalho é proibido no Brasil; dos 14 aos 16, temos o Menor Aprendiz, com o intuito de desenvolver e aprender uma profissão. Esse trabalho, sim, regulamentado, assalariado, com proteção e com direitos é que pode ser desenvolvido pelos nossos adolescentes. Antes disso, antes dessa faixa etária é trabalho infantil e não se deve ter na realidade de nenhuma criança, o que é muito diferente. Essa foi a parte mais divertida da agenda hoje na escola municipal, conversei com várias crianças e várias

perguntaram: *Mas o que é o trabalho infantil? Como acontece? Se eu arrumo a minha cama é trabalho infantil? Se eu ajudo a minha mãe a fazer um bolo para mim é trabalho infantil?* E nós explicando que não, que essas situações são para ajudar no convívio de casa, são para aprender uma atividade, são ali no convívio familiar e não é caracterizado como trabalho infantil. Infelizmente, por ser uma questão cultural na nossa sociedade, as pessoas enxergam que quando estamos falando em trabalho infantil, estamos falando dessas situações. Não é o caso. Estamos falando de situações de violência, de exploração e de abuso de milhares de crianças pelo mundo inteiro. Conto com os Deputados desta Casa para juntos enfrentarmos e combatermos o trabalho infantil. Muito obrigada pela atenção de todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Desejo uma ótima semana a todos os presentes. *Dia dos Namorados*, quero desejar sucesso a todos e a todas hoje à noite. Quero parabenizar a Deputada Ana Júlia. A iniciativa de V.Ex.^a é de todos nós aqui, não tem partido. Temos que combater e erradicar o trabalho infantil. A senhorita pode contar com a Liderança do Governo nesse trabalho. Senhor Presidente, hoje estive no Conselho Estadual de Educação e encontrei inclusive algumas pupilas de V.Ex.^a, indicadas por esta Casa, no bom sentido, Presidente. Indicadas por esta Casa, visto que é regimental isso, é de direito aqui da nossa Casa, algumas foram indicadas pelo Deputado Romanelli, pessoas da mais alta competência e capacidade que compõem o Conselho Estadual de Educação. Quero transmitir para vocês um pedido que eles nos fizeram no sentido de que possamos aprofundar o debate com eles, as visitas. Aprendi uma coisa na minha vida pública, Presidente: o político quanto menos se meter na parte técnica, mais ele está ajudando. Ajude, dê a tua contribuição, mas escute a parte técnica. Tenho procurado fazer isso na minha pública e acho que ajudou muito. Sou muito grato à Assembleia. Teremos algumas questões que merecem o debate. Está em gestação uma possível discussão em relação à eleição de diretores, mas já

garanti que nada vai ser feito sem o debate necessário. Vamos fazer o debate aqui nessa Casa, aprofundado nas Comissões da Casa. Senhor Presidente, amanhã serão entregues 50 mil *tablets*. Todos já devem ter recebido o convite por parte do Governo, um horário bom que não atrapalha ninguém. É uma ferramenta importante para ajudar no desenvolvimento da educação do Estado do Paraná. Na quarta-feira à tarde teremos um encontro com o setor pedagógico do Paraná inteiro, Secretários de Educação do Paraná inteiro estarão aqui. É uma oportunidade para todos participarem, Deputada Mabel, que tem uma influência muito forte na região dos Campos Gerais, respeito muito o seu trabalho, Deputado Guerra e todos os demais que estão aqui. O convite está sendo estendido a todos que estão aqui. É um momento importante da educação do Estado do Paraná. Quero comemorar aqui, Sr.^s Deputados, o novo Projeto do Governo Ratinho Júnior de habitação. Todos nós, todos, sem exceção, aprovamos um Projeto aqui que colocava R\$ 450 milhões para a construção, para a entrada na construção de 30 mil casas. O Corti era da Cohapar, sabe disso. A grande dificuldade das pessoas, Romanelli, V.Ex.^a que foi da Cohapar, é a entrada, o cara não tem dinheiro para dar a entrada. Então, o Governo do Estado do Paraná subiu de R\$ 15 para R\$ 20 mil a entrada, em função do acréscimo que teve o material de construção. E agora de 30 para 40 mil unidades de habitação no Estado do Paraná. Portanto, podem procurar os seus Prefeitos, os municípios, tendo o terreno por parte do município, é óbvio que vai sair mais barato; não tendo, também é possível fazer. O Paraná terá disponível 40 mil casas. Isso tem uma influência grande na vida das pessoas, além do que existe um estudo de engenharia que fala que cada casa gera três empregos diretamente, isso são 120 mil empregos que podem ser gerados no Estado do Paraná a partir da execução dessas casas. E aqui quero dizer para vocês, quero me colocar à disposição de todos os Deputados, não tem Partido, não tem nada, a Cohapar é comandada pelo Jorge Lange, que está à disposição de todos vocês. Senhor Presidente, Iguaçu, de União da Vitória, permito-me, o nosso time está na 2.^a divisão, a TV Paraná Turismo está transmitindo. Ontem tivemos um dia histórico, quase 5 mil pessoas no estádio, é público de 1.^a divisão. Tito, você que morou lá, policiamento fantástico, 80 policiais dando a segurança

para nós e para os paranistas, que vieram em sete, oito ônibus. Tudo ótimo. Perdemos o jogo por 1x0, arbitragem correta, não tivemos nenhum... a organização fantástica, faz parte do jogo. Mas, no final tivemos um episódio lamentável e que não retrata a tradição do Clube Paraná Clube, um fato isolado, por três ou quatro bandidos, meliantes que atiraram uma pedra em um menino de 18 anos, que estava em estado grave ontem, fratura de dente, fratura de crânio. Imaginem, dentro do estádio, a pessoa ter a coragem. Não sei nem onde ele achou a pedra. O menino está se recuperando e esperamos que fique bem. Quero aqui também dizer que todos sabem que foi publicado hoje o edital do segundo lote do pedágio. Ame ou odeie, mas é a realidade. Foi publicado pelo Governo Federal. O leilão do segundo lote está marcado para a Bolsa em 29 de setembro e, dando tudo certo, posterior à assinatura, Deputada Cloara, será em 26 de janeiro. Depois ainda restarão mais quatro lotes. E quero dizer para vocês que nós moramos no Sul do Paraná, eu moro no Sul do Paraná; a 153 e depois a 476, é impensável que essas rodovias, que são denominadas como a Rodovia do Frango, outros chamam de outro nome, fiquem fora desse leilão de pedágio. Nós vamos trabalhar muito por isso. É impossível que essa 476, que liga União da Vitória, São Mateus, Lapa e Curitiba, fique fora desses leilões. Vamos trabalhar muito por isso, Deputada Maria Victoria, e temos a certeza de que, com a força do Governo do Estado e com o apoio do Governo Federal, vamos conseguir incluir essa rodovia. No mais, quero desejar uma ótima semana a todos vocês.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente e caros colegas, surpreendo-me com as coisas que nós da esquerda fazemos, é tanta coisa atribuída a nós! Mas, que tal atribuir a nós a diminuição do preço da carne? Que tal atribuir a nós a diminuição da inflação, a queda do dólar, o preço do combustível? Está do meu agrado? Cem por cento, não. Mas, está fazendo muito mais do que aquele inútil que estava lá no Governo passado. Isso vocês podem ter certeza. E daí fico preocupado, Presidente, esse pessoal pulando de quadradinho para cá, quadradinho para lá. Será que é medo de gostar do quadrado alheio? Se vocês

me perdoam o trocadilho. Mario Sérgio Cortella, filósofo, professor universitário, educador, palestrante fala que moralista é aquele que faz escondido tudo aquilo que ele condena em público. Mas, acho que tem uns que não fazem, e procurei outra definição, de uma psicóloga que tem alguns livros publicados, Andréa Beheregarey. Ela coloca que moralista é o invejoso do prazer alheio; condena aquilo que não tem coragem de fazer. E eu digo a esses moralistas que se enquadram: Libertem-se, deixem de passar vontade, vão ser feliz. Pare de se preocupar com o alheio. Parem de procurar colocar imagens de uma passeata lá no Canadá e dizer que foi em São Paulo. Chega de preconceito! O preconceito nada mais é do que a ignorância ou o medo daqueles que não sabem quem são e o que realmente querem. O preconceito, a homofobia, o racismo, o fascismo, todos eles, filhos da ignorância. E essa ignorância, em 2023, não cabe mais na nossa sociedade. Acho que temos, sim, que nos respeitarmos como seres humanos, termos limites uns com os outros, mas o preconceito no meu ver é medo, medo de ser atraído por aquilo que tanto lhe assusta. E vamos, então, ao nosso querido Estado do Paraná, meu Deputado Arilson, Presidente do PT. A Copel, os absurdos da Copel e as denúncias que o senhor vem fazendo cada dia me assustam mais; as denúncias sobre o pedágio que vêm sendo colocadas e trazidas me assustam. Eu diria hoje que o Estado do Paraná trabalha como uma grande loteria, mas uma loteria onde aqueles que ganham são os escolhidos. E isso me assusta muito para um futuro do nosso Estado, até porque os próximos três anos podem demorar muito para passar se a economia aqui no Estado continuar segurando uma faca no pescoço do pequeno empresário, do pequeno produtor, dos pais de família. Tarifas de luz e água caríssimas afastam a indústria, tiram o lucro das empresas, prejudicam o agro; o pedágio caro irá deixar tudo mais caro, pois quase tudo o que consumimos e contratamos roda em cima de um caminhão; o imposto de ICMS mais caro do Brasil, aumenta a comida, aumenta os remédios. E o que não vemos de verdade é aumento de investimento na saúde, na educação, na segurança. E digo investimento aqui lato sensu, da infraestrutura ao reconhecimento dos nossos trabalhadores. Investir no serviço público significa respeitar e reconhecer o trabalho dos homens e das mulheres que atendem os

nossos cidadãos em nome do Estado do Paraná, mas significa cuidar da infraestrutura, das estradas, dos hospitais, das escolas. E eu não gosto quando as pessoas tentam enganar os demais. Vi na semana passada - não estava aqui presente, não pude fazer o discurso - uma grande entrega de viaturas da Polícia Civil, uma conquista, novecentas e não sei quantas viaturas, Deputado Gilberto Ribeiro. Oitocentos e trinta e sete dessas viaturas são alugadas, a um custo de R\$ 32 milhões por ano, podendo se comprar uma frota maior ainda da que foi entregue a cada dois anos só com esse valor. A polícia precisa de viaturas. As viaturas alugadas podem, sim, ser de bom uso, quando temos uma baixa na frota, quando temos uma viatura a ser substituída de uma maneira muito rápida, mas o aluguel de uma frota de milhares de carros, sendo que o Estado compra esses carros com desconto, porque não paga todos os impostos, podendo renovar uma frota a cada dois anos, e podendo vender esses carros por um preço muito próximo ao qual comprou, porque o Estado compra sem pagar os impostos estaduais e federais, mas vende eles a preço de mercado. Um péssimo negócio, mas a propaganda ficou bonita. O resumo do Governo Ratinho: Na propaganda está bonito, na realidade não aguenta a luz do sol, por mais fraca que seja a luz do sol aqui em Curitiba. Era isso, senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE),

Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Márcia Huçulak (PSD), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (PROS), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) (46 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Do Carmo (UNIÃO), conforme art. 97 inc. IV § 3.º do Regimento Interno (1 Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa: Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Marcel Micheletto (PL), Marcio Pacheco (REP) e Renato Freitas (PT) (6 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 474/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Mauricio Gehlen; **Autuado sob o n.º 475/2023**, do Deputado Alexandre Amaro, que institui o “Dia da Força Teen Universal - FTU”, a ser comemorado anualmente no dia 21 de setembro; **Autuado sob o n.º 476/2023**, do Deputado Goura, que altera a Lei n.º 16.346/2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas potencialmente poluidoras contratarem responsável técnico em meio ambiente; **Autuado sob o n.º 477/2023**, do Deputado Tiago Amaral, que concede o título de utilidade pública à Associação dos Usuários do Sistema de Abastecimento de Água da Colônia Maria Luiza – ASA, com sede no município de Paranaguá; **Autuado sob o n.º 478/2023**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública ao Pitangão Esporte Clube, com sede no município de Pitanga; **Autuado sob o n.º 479/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Rota Turística do Tiro Desportivo de Curitiba e Região Metropolitana;

Autuado sob o n.º 480/2023, da Deputada Flávia Francischini, que altera a Lei Estadual n.º 18.419, de 7 de janeiro de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, a fim de facilitar o acesso das pessoas com deficiência aos cursos ofertados pelas instituições estaduais públicas de educação superior do Paraná; **Autuado sob o n.º 481/2023**, do Deputado Alexandre Amaro, que institui o Dia do Porteiro, a ser celebrado anualmente em 9 de junho; **Autuado sob o n.º 482/2023**, do Deputado Requião Filho, que dispõe sobre soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos urbanos; **Autuado sob o n.º 483/2023**, do Deputado Batatinha, que identifica a Festa do Arraiá como representação da cultura paranaense.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Seis Redações Finais. Faremos votação simbólica.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 541/2022, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Marcel Michelleto, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Elias José Zydek.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 117/2023, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a semana de conscientização e prevenção sobre os males causados pelo uso intenso de celulares, tablets e computadores por bebês e crianças.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 266/2023, de autoria do Deputado Professor Lemos, que concede título de utilidade pública ao Instituto de Desenvolvimento Econômico Setorial Sustentável, com sede no município de São Miguel do Iguaçu.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 322/2023, de autoria do Deputado Soldado Adriano Jose, que concede o título de utilidade pública à Associação Amigos de Noé - Centro de Defesa e Proteção dos Animais e Meio Ambiente de Santo Inácio, com sede no município de Santo Inácio.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 335/2023, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de utilidade pública à Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná, com sede no município de Curitiba.

ITEM 6 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 346/2023, de autoria do Deputado Bazana, que concede o título de utilidade pública ao Shabureya Futebol Clube, com sede no município de Curitiba.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 7 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 95/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 17/2023, que altera e acrescenta dispositivos à Lei n.º 17.044, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre taxa de fiscalização e serviço da agência de defesa agropecuária do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputado Anibelli.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Obrigado, Presidente Traiano. Senhores e Sr.^{as} Parlamentares, fiz questão de fazer o encaminhamento desta importante mensagem que veio através do Governo do Estado para mostrar que tem situações que vale a pena trazermos dados. Se não vejamos, a sensibilidade que o Governador teve nessa questão das taxas da Adapar. Em virtude do novo cenário, de uma nova questão no número de coletas, chegou-se à conclusão de que as taxas estavam muito altas. Portanto, vamos diminuir as taxas para

transporte de banana, de limão, de laranja, de maçã, de outras frutas. E a garantia da receita está associada a um pequeno aumento da área da questão dos agrotóxicos. Além disso, faço questão de encaminhar uma lei de nossa autoria, de alguns anos, que coloca o passaporte equestre. E o Governo do Estado, através do seu Presidente da Adapar, Otamir, através do Dr. Rafael, que é o chefe, e do Secretário Ortigara tiveram muita sensibilidade e vieram com essa linha. Uma vez, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, passaporte significa que você paga um valor e você pode entrar e sair de um respectivo país várias vezes. Portanto, uma vez instituída e sancionada esta Mensagem, o amante das cavalgadas, tropeadas, CTGs, em uma sexta-feira, se eventualmente tiver um rodeio ou algum movimento, eles poderão, através do dispositivo da Adapar, fazer remotamente o GTA e fazer com que ele possa ir a esses eventos. Uma vez durante o período do passaporte equestre, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados, um ano, ele poderá tirar quantos e quantos GTAs forem necessários, sem nenhum custo a mais por isso. Então, fico muito feliz. E quero aqui agradecer ao Líder do Governo, Hussein Bakri, a todo o pessoal da Casa Civil, que agilizou este Projeto, também às Comissões aqui da Assembleia, também à Deputada Luciana Rafagnin, que tinha inicialmente pedido vista na Comissão e entendeu que este Projeto é importante. Por isso, hoje a Assembleia unida consegue fazer com que os nossos amantes da questão de cavalos, da questão dos rodeios, tropeadas, CTGs, tenham esse benefício. Por isso, com muita alegria, peço voto a todos os Deputados "*sim*". Muito obrigado.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Deputado Anibelli, para encaminhar também, Hussein Bakri.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Corti, para encaminhar.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Quero fazer, quero me somar ao depoimento do Deputado Anibelli. Mesmo aqui sem ter a planilha em mãos, quero saudar a iniciativa do Governo do Estado quando coloca, Deputado Traiano, um Projeto desta magnitude, tem a sensibilidade e a percepção de verificar que o Estado do

Paraná é o maior produtor de peixes do Brasil. O Brasil produz 860 mil toneladas de peixe/ano, o Paraná produz 194 mil toneladas de peixe/ano. São Jorge do Oeste, a terra, aliás, que o senhor já foi Deputado, que representou e representou bem aqui no Governo do Estado e na Assembleia Legislativa, tem em execução um dos maiores Projetos do Paraná e do Brasil na área do peixe, com tanques, redes na usina, ou melhor, no lago do Salto Osório, com uma perspectiva de produzir 15% de todo o peixe do Paraná. E pasmem, senhor, eu que sou médico-veterinário também, percebi que a diminuição do GTA, que é a Guia de Trânsito Animal, meu caro Hussein Bakri, vai baixar de 0,1 unidade padrão fiscal para 0,04. Representará uma diminuição, Sr. Presidente e Sr. Líder, de 75%. Parabéns, Governo do Estado, a favor de um estado pujante, valorizando quem produz. Era esta a minha contribuição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Se o Anibelli gostou, o Projeto é bom. Claro que ele é um conhecido do setor, e todos merecem o meu respeito. Parabéns pelo trabalho. E óbvio, quero pedir voto "*sim*" para todos os colegas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos, Deputada Flávia, Deputado Ney Leprevost. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (44 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar*

Traiano, Alexandre Curi, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco e Renato Freitas (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 95/2023.**

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 207/2023, de autoria das Deputadas Clora Pinheiro e Maria Victoria, que institui o dia estadual de conscientização sobre as doenças oculares raras. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nosso voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, por favor, vamos votar, Deputado Alexandre Amaro, Denian, Evandro Araújo, Fabio, Flávia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Nelson Justus. Deputado Gilberto, seu voto é “sim”? É “sim”? Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (41 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco e Renato Freitas (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 207/2023. Quarenta e dois votos, com o voto do Deputado Gilberto Ribeiro. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 298/2023, autoria do Deputado Alexandre Curi e da Deputada Cloara Pinheiro, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Ricardo Ramina. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Corti, seu voto, Maria Victoria, Professor Lemos, Soldado Adriano. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Thiago Amaral (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco e Renato Freitas (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 298/2023.**

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 281/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui a semana de conscientização sobre os cuidados paliativos, a ser celebrada anualmente na segunda semana do mês de outubro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (36 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (18 Deputados).]* Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 281/2022.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 50/2023, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que institui a semana de conscientização e incentivo à doação de tecidos musculoesquelético, no âmbito do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Em votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito bem, Presidente. Nosso voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Estou com uma boa leitura ainda?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Está boa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Amaro não fez nenhum *meme* sobre isso. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nosso voto é “sim”. Repito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel e Renato Freitas (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 50/2023.**

ITEM 12 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 111/2023, de autoria Deputado Delegado Jacovós, que institui o Dia do Secretário de Segurança Pública, a ser realizado anualmente em 21 de fevereiro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, encaminhamos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.ª Deputados: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria

*Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Fabio Oliveira, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Professor Lemos e Renato Freitas (14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 111/2023.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1270/2023, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Chefe da Casa Civil e à Ex.^{ma} Controladora Geral do Estado, sobre a gestão da Copel.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, reconheço a figura do Deputado Arilson e valorizo o trabalho que ele faz, combativo, até imprescindível para a Casa, sabemos reconhecer e trato com respeito sempre. Quero fazer um pedido para o Deputado Arilson, com a garantia de que vai ter resposta, que transforme em envio de expediente. É o meu pedido.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Com o compromisso e com o respeito também, Deputado Hussein, à fala de V.Ex.^a de que tenhamos a resposta dentro da brevidade dos 30 dias.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vai ter antes.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Se não, Presidente, vamos voltar a falar novamente e colocar como envio de expediente novamente. Ok?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como expediente.**

Requerimento n.º 1268/2023, do Deputado Hussein Bakri, solicitando a dispensa de votação de Redação Final ao Projeto de Lei n.º 95/2023. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1238/2023, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando moção de aplausos à adolescente Astrid Annas, campeã de Rédeas na World Youth Reining Cup Chapions; **Requerimentos n.ºs 1239, 1242, 1243, 1269/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações: aos Delegados de Polícia Civil do município de Almirante Tamandaré; ao Sr. Alexandre Mortier; aos proprietários da empresa Monkey Lounge Bar; e ao Dr. Andrey Felipe Bras Blanco da Silva; **Requerimentos n.ºs 1240, 1244, 1271, 1272/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro de menção honrosa para os Sr.ºs: Marcelo Rodrigo Molinari; Wesley Narcizo Oliveira; Everson Fernandes da Silva; Eduardo Joaquim da Silva Gonçalves; **Requerimento n.º 1241/2023**, do Deputado Soldado Adriano José e da Deputada Maria Victória, solicitando o registro de menção honrosa para a Sr.ª Josyane Mansano, por exercer com dedicação, amor, cuidado e respeito a Presidência da Associação dos Amigos do Hospital da Criança de Maringá; **Requerimentos n.ºs 1245, 1247, 1249, 1250, 1251, 1252/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Anahy; Ibema; Lindoeste; Matinhos; Clevelândia; e Umuarama; **Requerimento n.º 1246/2023**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de

votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Sirmey Amaral; **Requerimento n.º 1248/2023**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Genivaldo Ximendes; **Requerimento n.º 1253/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente aos Ex.^{mos} Sr.^s Rafael Greca e Eduardo Pimentel Slaviero, Prefeito e Vice-Prefeito de Curitiba, requerendo a instalação de Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas para atender os bairros da Regional de Santa Felicidade em Curitiba/PR; **Requerimento n.º 1254/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente aos Ex.^{mos} Sr.^s Rafael Greca e Eduardo Pimentel Slaviero, Prefeito e Vice-Prefeito de Curitiba, requerendo providências para as principais demandas da população da capital nas áreas de educação, saúde, segurança pública e infraestrutura; **Requerimento n.º 1255/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Ex-Prefeito de Cambé, Sr. José do Carmo Garcia, ocorrido no dia 6 de junho de 2023; **Requerimento n.º 1256/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde (SESA), Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto, pleiteando a inclusão dos medicamentos para pacientes diagnosticados com Fibromialgia no Programa Paraná Sem Dor e a emissão de uma Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia para assegurar o direito ao atendimento prioritário nos órgãos públicos, empresas públicas e privadas nos termos da Lei Estadual n.º 20.830, de 30 de novembro de 2021; **Requerimento n.º 1257/2023**, do Deputado Tiago Amaral, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. José do Carmo Garcia, eleito por quatro vezes Prefeito do município de Cambé; **Requerimento n.º 1258/2023**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o registro de votos de congratulações com menção honrosa ao Presidente do Ipardes, Sr. Jorge Augusto Callado Afonso, pelos 50 anos da autarquia; **Requerimento n.º 1266/2023**, do Deputado Requião Filho, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Carlos de Oliveira Velha Filho, uma referência na defesa dos trabalhadores portuários autônomos; **Requerimento n.º 1267/2023**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Fundepar, requerendo aparelhos de

ar-condicionado no Colégio Estadual Acquilino Massochin, no município de Cascavel.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1259/2023, dos Deputados Maria Victoria, Ney Leprevost, Bazana, Mabel canto, Professor Lemos, Matheus Vermelho e Batatinha, solicitando a inclusão dos nomes dos Deputados Professor Lemos, Matheus Vermelho e Batatinha como coautores do Projeto de Lei n.º 426/2023, de autoria dos Deputados Maria Victória, Ney Leprevost, Bazana e Mabel Canto; **Requerimento n.º 1261/2023**, das Deputadas Maria Victoria e Cloara Pinheiro, solicitando a inclusão da Deputada Cloara Pinheiro como coautora do Projeto de Lei n.º 207/2023, de autoria da Deputada Maria Victória; **Requerimento n.º 1262/2023**, do Deputado Alexandre Curi, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 457/2023; **Requerimento n.º 1265/2023**, dos Deputados Alexandre Curi e Evandro Araújo, solicitando a inclusão do Deputado Alexandre Curi como coautor do Projeto de Lei n.º 351/2023, de autoria do Deputado Evandro Araújo.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 1260/2023**, do Deputado Do Carmo, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 6 a 21 de junho de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, II do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governo do Estado): **Requerimento n.º 1263/2023**, do Deputado Matheus Vermelho, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 31 de maio de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º**

1264/2023, do Deputado Samuel Dantas, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 6 e 7 de junho de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 13 de junho de 2023, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 281/2022, 111/2023 e 375/2023; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 84/2023, 152/2023 e 234/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h09, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)